



PATERNIDADE, CUIDADO E DIREITOS REPRODUTIVOS: desafios à implementação de políticas públicas plurissetoriais gênero-equitativas

Ana Roberta Oliveira¹
Benedito Medrado²
Dara Andrade Felipe³
Giselle Maria Nanes Correia dos Santos⁴
Jorge Lyra⁵

I. INTRODUÇÃO

Desde a segunda metade da década de 1990, as Conferências das Nações Unidas principalmente a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento de 1994, realizada no Cairo/Egito (ICPD, 1994) e a Conferência Mundial da Mulher de 1995, em Beijing/China - têm enfatizado que a minimização das desigualdades sociais entre mulheres e homens e a garantia do exercício pleno da cidadania depende também de uma revisão por parte dos próprios homens, das relações de poder e da cultura machista em que fomos engendrados, por exemplo, nos contextos da sexualidade e da saúde reprodutiva (ICPD 1994; LYRA, 1997; MEDRADO, 1997; MUNDIGO, 1995).

No contexto dos direitos reprodutivos, experiências no mundo inteiro têm destacado que o exercício da paternidade pode gerar satisfação e desenvolvimento sócio-afetivo para os homens, bem como para as crianças e para as mulheres. Ampliar a participação dos homens no cuidado infantil pode, assim, contribuir para uma reestruturação simbólica e estrutural das relações de gênero na vida reprodutiva.

¹ Estudante. Instituto PAPAI. E-mail: anaroberta@papai.org.br

² Doutor. Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: beneditomedrado@gmail.com

³ Estudante. Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: dara_andradef@hotmail.com

⁴ Mestranda. Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: gisellesantos_2@yahoo.com.br

⁵ Doutor. Instituto PAPAI. E-mail: jorgelyra@papai.org.br



Progressivamente, a postura diante destas questões vem refletindo numa mudança de ótica de uma visão segundo a qual a não-participação masculina decorreria exclusivamente do machismo de cada homem, para outra, em que se procura compreender quais as condições criadas pela sociedade e por seus sistemas para facilitar ou dificultar o envolvimento dos homens na vida doméstica e no cuidado de si e dos outros (LYRA, 1997; 2008).

Fundamentando sua missão institucional, ações e atividades nas matrizes feminista e de gênero, a equipe do Instituto PAPAI tem buscado contribuir para uma transformação não apenas das práticas, mas principalmente dos símbolos. No caso, a transformação de símbolos como os do “pai provedor” [apenas], “pai ausente” etc. Nesse contexto, a transformação cultural, institucional e simbólica constitui nosso desafio maior.

Este modelo, patriarcal hegemônico, distancia os homens dos cuidados paternais e os libera da responsabilidade com a prevenção da gravidez indesejada e também das doenças sexualmente transmissíveis. “Alterar esse modelo significa buscar uma sociabilidade na qual o sentido da paternidade e da maternidade seja completamente transformado, levando a uma divisão sexual igualitária do trabalho no âmbito doméstico e, em particular, nas tarefas de cuidar das crianças na vida cotidiana” (ÁVILA, 2003).

Para enfrentar os desafios postos, concentrar esforços na busca de definição de “estilos de vida mais saudáveis” ou de “tipos masculinos mais positivos” não é suficiente, pois tal estratégia personaliza e individualiza o compromisso com as mudanças, deixando de lado a reflexão mais ampla, sobre o funcionamento das instituições. Será preciso, então, rever os modelos de socialização masculina e as práticas institucionalizadas (especialmente aquelas no campo da saúde, educação e direito) que valorizam, promovem, alimentam essa matriz sexista e machista que exclui e/ou limita possibilidades de exercício do cuidado de outros e da paternidade.

Tendo em vista a organização da vida social em função da desigualdade de gênero, é necessário pensar que apenas políticas afirmativas específicas à maior participação dos homens nas atividades domésticas não resolvem, pois os pais continuam a trabalhar mais horas que as mães em empregos remunerados (RAPOPORT, 1990; BRUSCHINI, 1995). Ou seja, enquanto a sociedade for regida pelo princípio da divisão do trabalho por gênero, teremos barreiras para que homens e mulheres assumam mais ou menos atividades



públicas e privadas em consonância com suas orientações individuais (IZQUIERDO, 1992; 2003).

Transformar os homens exige muito mais tempo e energia intelectual que simplesmente envolvê-los em programas de saúde reprodutiva ou de planejamento familiar (QUADROS, 1996; 2004). Neste sentido, será necessária a efetivação de uma agenda de pesquisa, reflexão e, sobretudo, de coordenação política vinculada a um pensamento teórico e conceitual sobre gênero, em associação com as grandes questões econômicas (ARILHA, 2005; CORREA, 2006).

Desse modo, a participação dos homens na vida doméstica e reprodutiva depende da revisão nas práticas culturais e ideológicas, institucionais e individuais, de homens e de mulheres (MUNDIGO, *op. cit.*). Trata-se, portanto, de construir e implementar políticas públicas que envolvam diversos e diferentes setores (Saúde, Educação, Trabalho, Justiça, Segurança, Assistência Social etc.) que promovam a equidade de gênero, por meio, inclusive, da participação e do envolvimento dos homens no exercício da paternidade e no cuidado com outros de maneira geral.

II. OBJETIVOS

O objetivo deste trabalho é compartilhar reflexões e estratégias de mobilização política do Instituto PAPAI que visam a contribuir para a revisão e ampliação das políticas públicas no campo dos Direitos Reprodutivos, especialmente as que promovam maior participação dos homens no cuidado infantil e em outros processos reprodutivos.

III. METODOLOGIA

Para atender ao objetivo proposto, o Instituto PAPAI tem desenvolvido estratégias em dois eixos: pesquisa e advocacy.

- 1) Pesquisa - através de ações de pesquisa-ação pretende-se delinear propostas e recomendações - na forma de um documento-marco, em consonância com as atuais recomendações do Ministério da Saúde. Particularmente, das áreas técnicas de Saúde da Mulher, Saúde do Homem e da Saúde do Adolescente e do Jovem, assim como das diretrizes que orientam as políticas de direitos sexuais e reprodutivos no



Brasil. Além dos citados, serão utilizados para a construção do documento-marco os principais resultados da pesquisa intitulada “A paternidade no contexto da gravidez na adolescência: rompendo barreiras culturais e institucionais”, em curso (2008-2010). Este estudo, de caráter descritivo e analítico, tem por objetivo geral investigar como os serviços de atenção básica em saúde identificam e orientam as demandas do pai no contexto da gravidez na adolescência em Recife/PE, Vitória/ES e Florianópolis/SC. Para tanto, o desenho metodológico consiste, por um lado, em um estudo comparativo baseado em informações produzidas a partir de pesquisa quantitativa, com amostra representativa de adolescentes grávidas nas três cidades. Por outro, uma análise qualitativa baseada nos depoimentos de profissionais e pais (homens) e em documentos diversos (literatura sobre o tema; relatórios sobre a condição social dos jovens; documentos de políticas públicas etc.) que permitam uma compreensão particular de cada contexto.

- 2) Advocacy - com vistas a ampliar discussões no campo da defesa de direitos dos/as cidadãos/ãs, constituem-se ações de advocacy para o biênio 2008-2010 a divulgação do direito à licença paternidade, bem como a importância da ampliação do período no ordenamento jurídico brasileiro, como estratégia para fomentar o debate sobre a Licença Parental. Ou seja, a defesa do direito à licença parental, por exemplo, como um direito das crianças, independentemente do sexo do cuidador/a. Estas ações se inserem no bojo da campanha mais ampla intitulada “Paternidade: desejo, direito e compromisso”. Neste eixo, algumas ações estão sendo desenvolvidas, a saber: 1) identificação e mapeamento dos principais aliados e opositores em todas as esferas (executivo, legislativo, judiciário, organizações da sociedade civil, redes etc.) e, com isto, a definição de um lócus para realização de incidência política – de maneira preliminar, o Legislativo tem se apresentado como potencial área de incidência;. 2) realização de audiência pública para debater a ampliação do prazo da Licença-Paternidade; 3) ações comunitárias - entidades do Recife, São Paulo, Rio de Janeiro, Florianópolis e Porto Alegre promovendo a divulgação informações sobre a Licença-Paternidade; 4) peças de comunicação alusivas à campanha Paternidade: Desejo, Direito e Compromisso, com o mote “Dá Licença, Eu Sou Pai!”- spots de rádio, videotapes, panfletos e cartazes com o intuito de informar a sociedade, especialmente os trabalhadores, sobre seus direitos e reivindicar a ampliação do prazo.



3)

IV. RESULTADOS

A pesquisa sobre paternidade no contexto da gravidez na adolescência atualmente está procedendo à revisão de literatura sobre paternidade com foco na gravidez na adolescência, em bases de dados nacionais. As equipes estão em contato com as respectivas secretarias municipais de saúde no sentido de obter autorização para realização do estudo nas comunidades selecionadas. Com isto, espera-se que até o final do primeiro semestre as atividades de campo tenham início..

Ainda no final de 2008, realizou-se encontro com as três equipes (Recife, Vitória e Florianópolis), para: pactuar os objetivos e a metodologia de pesquisa; definir a amostra populacional; apresentar uma revisão de instrumentos de coleta integrantes de estudos anteriores, como subsídio para a construção dos instrumentos referentes ao estudo em curso; definir normas para a revisão de literatura; definir software para análise dos dados da pesquisa quantitativa; outras questões operacionais.

No eixo de advocacy, a **audiência pública** foi realizada em parceria com o Ministério Público de Pernambuco, e contou com a participação de aproximadamente 40 pessoas, entre representantes do Poder Público e de entidades da sociedade civil debatendo a questão da ampliação da Licença-Paternidade.

Quanto aos materiais de comunicação, foram produzidos e distribuídos no Recife, Rio de Janeiro, São Paulo, Florianópolis e Porto Alegre, integrando as ações comunitárias realizadas por entidades parceiras como estratégia de divulgação do tema nas comunidades. Em Recife e região metropolitana, cartazes da campanha “Dá Licença, Eu sou Pai!” circularam durante o mês de agosto em 1.500 ônibus, alcançando milhares de usuários do sistema público de transporte.

Além disso, a campanha contou com o apoio da Central Única dos Trabalhadores, que distribuiu material de divulgação nos sindicatos cutistas, e da Federação dos Trabalhadores em Agricultura de Pernambuco, o qual levou o material para associações e sindicatos da área rural do Estado, além de disponibilizarem informações em seus sites institucionais.

Resultados do relatório de mídia produzido informam que de agosto a dezembro de 2008 a campanha obteve 121 inserções em impresso, televisão, rádio e web, conforme a tabela abaixo:



Quantitativo de inserções

| MEIOS | Quantidade |
|--------------|------------|
| Impresso | 30 |
| Televisão | 15 |
| Rádio | 30 |
| Web | 46 |
| Total | 121 |

Em São Paulo, a campanha foi lançada em parceria com a Fundação Carlos Chagas, onde se realizou um seminário de lançamento com a participação de pesquisadores da instituição; materiais de comunicação foram distribuídos em comunidades de baixa renda.

No Rio de Janeiro, organizou-se uma coletiva de imprensa, e promoveu-se a distribuição de materiais da campanha em comunidades de baixa renda.

Em Florianópolis, a campanha foi divulgada durante o Seminário Internacional Fazendo Gênero 8, que reuniu pesquisadores das ciências sociais, humanas e médicas, além de representantes dos movimentos sociais.

Em Porto Alegre, promoveu-se um seminário no Memorial do Rio Grande do Sul, que contou com a participação de jovens promotoras legais populares, pesquisadores e representantes de entidades da sociedade civil. Também houve distribuição de material em comunidades de baixa renda.

V. CONCLUSÃO/ RECOMENDAÇÕES

Trabalhar pela formulação e implementação de políticas públicas gênero-equitativas, a partir da perspectiva feminista, que promovam a maior participação dos homens no cuidado infantil e em outros processos reprodutivos é uma tarefa complexa. Ao eleger o tema da Licença Paternidade, por exemplo, nos deparamos com diversas ramificações de interesses e pautas articuladas, que nos instou a ter, como objetivo, realizar o mapeamento de potenciais aliados e opositores. Inicialmente preocupados com as questões relacionadas aos direitos sexuais e reprodutivos, nos deparamos com um opositor cuja força demandará esforços de vários setores da sociedade – não apenas a academia e a sociedade civil – para promover sua sensibilização quanto ao tema: o empresariado.

Assim, observamos que a garantia de direitos como a Licença-Paternidade está diretamente ligada ao modo de funcionamento da sociedade contemporânea, que se



estrutura e se movimenta em função do trabalho e da produção de riquezas. Neste sentido, é possível afirmar que o modelo econômico neoliberal, especialmente o que é praticado no Brasil, interfere de forma poderosa e, até o momento, negativa, para a conquista de direitos e liberdades dos cidadãos/ãs.

Contudo, é importante ressaltar, a esse respeito, que a forma como a campanha sobre a Licença-Paternidade reverberou na mídia, que o exercício da paternidade e o compartilhar da criação dos filhos é uma questão atual, polêmica e instigante. Em outras palavras, observa-se que está posto um campo de debate sobre possíveis ações que envolvem diferentes setores, atores/atrizes do campo de formulação de políticas.

VI. REFERÊNCIAS

ARILHA, Margareth. **O masculino em conferências e programas das Nações Unidas:** para uma crítica do discurso de gênero. 2005. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

ÁVILA, Maria Betânia de Melo. Direitos Sexuais e Reprodutivos: Desafios para as Políticas de Saúde. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 19, 2003.

BRUSCHINI, Cristina. Desigualdades de gênero no mercado de trabalho brasileiro: o trabalho da mulher nos anos oitenta. In: OIT/ABET. O trabalho no Brasil no limiar do século XXI. Ltr, São Paulo, 1995.

CORRÊA, Sonia. Os homens no cenário das conferências das Nações Unidas: da agenda internacional aos movimentos sociais locais. In: IV SEMINÁRIO HOMENS, FEMINISMO E POLÍTICAS PÚBLICAS EM SAÚDE. Recife: Instituto PAPAI, Gema/UFPE, Núcleo FAGES/UFPE; REDOR, 2006. Mimeografado.

ICDP - United Nations Population Foundation. International conference on population and development. Programme of action, New York, 1994.



IZQUIERDO, Maria Jesús. Uso y abuso del concepto de género. In: VILANOVA, Mercedes (org.). Pensar las diferencias. Promociones y Publicaciones Universitárias, S. A., Barcelona, 1992.

IZQUIERDO, Maria Jesús. Del sexismo y la mercantilización del cuidado a su socialización: hacia una política democrática del cuidado. CONGRESO INTERNACIONAL SARE “CUIDAR CUESTA: COSTES Y BENEFICIOS DEL CUIDADO”, Emakunde, Donosti, 2003.

LYRA, Jorge. **Paternidade adolescente**: uma proposta de intervenção. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social)) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1997.

LYRA, Jorge. **Homens, feminismo e direitos reprodutivos no Brasil**: uma análise de gênero no campo das políticas públicas (2003-2006). Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Departamento de Saúde Coletiva, Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, Recife, 2008.

MEDRADO, Benedito. **O masculino na mídia**. Repertórios sobre masculinidade na propaganda televisiva brasileira. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1997.

MUNDIGO, Axel I. Papéis masculinos, saúde reprodutiva e sexualidade. Conferências Internacionais sobre População. Fundação MacArthur, São Paulo, 31 de julho de 1995.

QUADROS, Marion T. **Construindo uma nova paternidade?** As representações masculinas de pais de alunos de uma escola alternativa do Recife. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1996.

QUADROS, Marion T. **Homens e a contracepção**: práticas, idéias e valores masculinos na periferia do Recife. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.



RAPOPORT, Rhona. Men's involvement as fathers in the care of children: possibilities of change in the workplace. In: European Commission Childcare Network. Report on Childcare Network Technical Seminar, Glasgow, May, 1990.